



Ofício nº : 3/2022/GASC/JBC

Cuiabá-MT, 16 de fevereiro de 2022

A Sua Senhoria o Senhor
Elliton Oliveira de Souza
Diretor-Presidente do Mato Grosso Previdência – MTPREV
Cuiabá-MT

Assunto: Processo nº: 7.1102-0/2021 – Pensões

Prezado Senhor,

Ao tempo em que **NOTIFICO** Vossa Senhoria, encaminho cópia do Relatório Técnico referente à análise efetuada pela Secretaria de Controle Externo de Previdência, a fim de que, com base no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e nos termos dos artigos 6º, 59, inciso IV, 60, 61, § 2º, da Lei Complementar nº 269/2007, combinados com o artigo 89, inciso VIII, e art. 257, inciso III, da Resolução nº 14/2007, no **prazo de 15 dias**, a contar do recebimento desta, apresente esclarecimentos e providências providências acerca das irregularidades apontadas no Relatório Técnico da Secretaria de Controle Externo de Previdência, sob pena de denegação do registro e suspensão do pagamento do respectivo benefício previdenciário. Link: . [Relatório Técnico](#)

Cabe ressaltar que, com base na Resolução Normativa 16/2012, transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias do envio desta comunicação oficial pela via digital, mesmo não havendo sua leitura pelo destinatário, ficará certificado o seu recebimento.

Eventual pedido de prorrogação de prazo para apresentação de resposta a este Ofício, **que poderá ou não vir a ser deferido pelo Relator**, será publicado no Diário Oficial de Contas (DOC-TCE/MT) e não obriga este Tribunal a comunicar o responsável por ofício sobre o resultado do pleito, em conformidade com o parágrafo único do art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RI-TCE/MT).





Cumpra à parte interessada entrar em contato com o gabinete do Relator ou acessar o DOC-TCE/MT para tomar conhecimento sobre o deferimento ou indeferimento do seu pedido. Saliente-se que a prorrogação, quando deferida, será pelo mesmo prazo de 15 (quinze) dias e contar-se-á a partir do dia útil imediatamente seguinte ao término do prazo inicialmente concedido, de acordo com o parágrafo único do art. 267 do RI-TCE/MT.

Não obstante as orientações acima expendidas, cabe ressaltar que **os prazos processuais se encontram suspensos**, nos termos do art. 3º da Portaria TCE/MT nº 9/2022, enquanto vigente.

Com efeito, informo que a suspensão dos prazos não impede que as manifestações de defesa sejam protocoladas para fins de análise técnica deste Tribunal.

Alerto que a sonegação de documento ou informação a este Tribunal é passível de aplicação de multa, nos termos do art. 75, inciso VI, da Lei Orgânica do TCE /MT c/c art. 286, inciso IV, do RI/TCE/MT, com a dosimetria constante no art. 3º, inciso II, alínea “a”, da Resolução Normativa TCE/MT nº 17/2016.

Atenciosamente,

(assinatura digital)¹

Anna Karyne Alves da Silva Padilha
Assessor de Auditor Substituto de Conselheiro

1 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

